

Número de famílias em situação de rua cai

Em abril, eram 320 que estavam inscritas no CadÚnico em Petrópolis, de acordo com o Governo Federal

Rômulo Barroso - especial para o Diário

O número de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) em Petrópolis caiu 17% em um ano. Em abril, de acordo com dados do Governo Federal, eram 320, sendo 66 a menos do que no mesmo mês em 2022. Essas famílias podem ser compostas por apenas um ou mais membros.

Esse é um número que foi crescendo aos poucos desde 2012 – começo da série histórica do governo federal – até abril de 2021, quando chega 395. Um mês depois, há uma redução para 334, e então a quantidade de pessoas volta a aumentar gradativamente mais uma vez. Em julho do ano passado, atingiu o patamar mais alto de toda a série: eram 403 pessoas vivendo nessas condições. A partir desse pico, o número passa a diminuir efetivamente, chegando ao dado mais recente, de abril deste ano, 320 pessoas em situação de rua.

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), estabelecida em 2009, são consideradas pessoas em situação de rua aquelas que possuem “em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”.

Elas têm direito a fazer inscrição no CadÚnico, que é a porta de entrada a programas sociais mantidos pelo Governo Federal. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, inclusive, ressalta que o “Cadastro Único é importante, pois contribui para que o governo desenvolva políticas públicas voltadas especialmente para atender suas necessidades”. Através dele, essas pessoas podem conseguir acesso ao Bolsa Família, Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino

Técnico e Emprego), Carteira do Idoso, Aposentadoria facultativa para pessoa de baixa renda, programa habitacionais, entre outros.

Trabalho de acolhimento na cidade

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Petrópolis, que integra a Rede Pop Rua, não está participando diretamente do censo sobre pessoas em situação de rua neste ano, mas mantém o trabalho de acolhimento noturno, com atendimento dessas pessoas, divulgação dos locais para abrigo, oferta de agasalhos e cobertores. Ainda assim, mesmo sem fazer esse levantamento de dados, a entidade também percebeu uma redução nos últimos tempos. Se há alguns meses, esse atendimento era de 55 a 60 pessoas, agora está entre 40 e 45.



“A gente sempre faz acolhimento de Pedro do Rio ao Quitandinha, passando pelo Alto da Serra. A gente tenta privilegiar vários desses locais”

coordenadora do CDDH, Carla de Carvalho.

Ela acredita que a explicação para essa queda passa pela possibilidade de mais pessoas estarem encontrando locais para ficar – só não está claro para ela



MESMO com a queda, pelo menos 320 famílias ainda vivem nas ruas da cidade

quantos conseguiram casa para morar e quantos aceitaram acolhimento em abrigos. Na sexta-feira (09/06), quando o Diário conversou com a coordenadora do CDDH, oito pessoas haviam conseguido deixar as ruas.

“Hoje (sexta) mesmo, na Rede, nós recebemos informações de oito usuários que foram reinseridos, alguns em casas alugadas, outros retornaram para suas moradias, alguns conseguiram trabalho”, contou Carla. “A gente continua articulado pela Rede Pop Rua. Então o trabalho que o Núcleo de Integração Social (NIS) vem fazendo junto a essas famílias, nós (do CDDH) também esse mês conseguimos reinserir duas pessoas, o pessoal da chácara do Padre Quinha também consegue, o pessoal da ONG Mateus 25:35, enfim, com certeza tem bons resultados”, prossegue.

Ação do poder público

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social, nos últimos seis meses, 42 pessoas que estavam acolhidas no NIS foram reintegradas pela pasta aos núcleos familiares delas. Segundo a Secretaria, diariamente (incluindo fins de semana e feriados) são realizadas

ações junto às pessoas em situação de rua.

“Na abordagem, as equipes buscam convencer essas pessoas a ir para as unidades de acolhimento do município. Elas não são obrigadas a ir para lá. É um trabalho de conversa e esclarecimentos. Muitas das pessoas abordadas não são de Petrópolis, outras possuem transtornos psiquiátricos ou são dependentes de álcool e drogas”, informa a pasta, em nota. A Secretaria acrescenta ainda que “As pessoas que aceitam o convite para o acolhimento passam pelo atendimento técnico (de assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais) e têm cama, cobertores, alimentação e banho. Além disso, uma série de atividades para reinserir essas pessoas no mercado de trabalho”.

“Temos muito respeito pelas pessoas que estão em situação de rua. São pessoas que estão em uma situação muito difícil na vida delas. E o nosso trabalho junto a elas é diário. Nossas equipes conversam todo dia com elas, sabem os nomes, as histórias de cada uma. Sempre tentando convencê-las a ir para as unidades de acolhimento da Prefeitura”, disse o secretário de Assistência Social, Fernando Araújo.

O que pode ser feito para avançar na questão

Para Carla de Carvalho, o trabalho feito pelo poder público em Petrópolis é mais avançado do que o desenvolvido em outros municípios. A coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos que, comparando com outras cidades fluminenses, o Centro Pop daqui “é um dos que funciona de maneira mais brilhante, com uma equipe técnica muito comprometida, o pessoal do Núcleo de Integração Social também é muito comprometido, faz muito mais do que daria conta, do que qualquer outra equipe”.

Ela acredita que o município pode avançar ainda mais em direção ao que prevê a Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua em termos de equipamentos públicos para essa população.

“Essa Política prevê, por exemplo, uma casa de passagem, onde fiquem abrigados os andarilhos, as pessoas que vem de outros municípios e que passam por aqui, mas que pretendem continuar a sua caminhada, para que não se juntem a todos os demais e acabe interferindo no processo de ressocialização, de reintegração ao núcleo familiar que já está em andamento. A gente precisa de um albergue, que é um espaço onde a pessoa passa somente a noite para dormir”, comenta. “A gente tem que separar as pessoas pelos seus sonhos, pelas suas vontades, pelos seus interesses. Para conseguir fazer um trabalho mais adequado, o que falta é o equipamento de acordo com o perfil de cada usuário”, continua a coordenadora do CDDH.

Carla também lembra outra dificuldade para acolher pessoas em situação de rua: em vários casos, há formação de casais ou pessoas que vivem com animais e que não aceitam se separar para ficar em abrigo.

“Muita gente não aceita abrigamento porque possui vínculo de casal na rua, porque possui animais de estimação. E hoje nós não temos nenhum tipo de abrigamento que considere esses vínculos. Então essa é uma questão que precisa ser considerada”, coloca.